

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Acórdão: 19.910/10/1ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 01.000163888-00  
Impugnação: 40.010126629-68  
Impugnante: KTX Calçados Ltda  
IE: 313259764.06-80  
Proc. S. Passivo: José Antônio dos Santos/Outro(s)  
Origem: DF/Governador Valadares

**EMENTA**

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ARQUIVO ELETRÔNICO - FALTA DE ENTREGA.** Constatada a falta de entrega, no prazo e na forma legal, dos arquivos eletrônicos referente à totalidade das operações de entrada e de saída de mercadorias ou bens e das aquisições e prestações realizadas referentes à emissão de documentos fiscais e à escrituração de livros fiscais, no período de apuração indicado no Auto de Infração, conforme previsão dos arts. 11 e 39, ambos do Anexo VII do RICMS/02. Exigência da Multa Isolada prevista no inciso XXXIV do art. 54 da Lei nº 6763/75. Lançamento procedente. Decisão unânime. Acionado o permissivo legal, art. 53, § 3º da citada lei para cancelar a Multa Isolada. Decisão por maioria de votos.

**RELATÓRIO**

A autuação versa sobre a constatação, mesmo após intimação, de falta de entrega de arquivos eletrônicos referentes ao período de agosto a dezembro de 2008, relativos à emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais, conforme determinações previstas nos arts. 11 e 39 do Anexo VII do RICMS/02.

Exige-se a Multa Isolada capitulada no art. 54, inciso XXXIV da Lei nº 6763/75.

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 12/28, acompanhada dos documentos de fls. 29/47, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 49/51.

Alega a Impugnante, em sua defesa, que deixou de cumprir a obrigação acessória, devido a impossibilidades técnicas momentâneas.

Sustenta que, posteriormente, os arquivos foram revalidados e transmitidos, entretanto a Fiscalização constatou irregularidades, motivando novas intimações enviadas à empresa, que providenciou imediatas correções.

Requer a aplicação do permissivo legal previsto no § 3º do art. 53 da Lei nº 6763/75.

O Fisco afirma que o presente trabalho está alicerçado na constatação do descumprimento de obrigação acessória, relativa à falta de entrega de arquivos

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

eletrônicos, uma vez que a Autuada, mesmo após intimações, não regularizou a sua situação.

Requer a procedência do lançamento fiscal.

A 3ª Câmara de Julgamento, na sessão do dia 31/03/10, decidiu converter o julgamento em diligência (fls. 55), para que o Fisco junte aos autos a tela dos arquivos SINTEGRA do período autuado, bem como a validação dos mesmos.

Em atendimento à diligência supra o Fisco se manifesta às fls.57/58 e apresenta o documento de fls. 59.

Intimada a ter vistas dos autos (fl. 62), a Impugnante se manifesta às fls. 66/67 e apresenta os documentos de fls. 69/73. O Fisco se manifesta a respeito (fls. 77/78).

---

### **DECISÃO**

A autuação versa sobre a constatação de falta de entrega de arquivos eletrônicos referentes ao período de agosto a dezembro de 2008, relativos à emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais.

Os documentos acostados aos autos caracterizam, objetivamente, a infração apontada pelo Fisco, pois há o descumprimento por parte da Autuada das disposições dos arts. 11 e 39 do Anexo VII do RICMS/02, conforme pode-se constatar pela simples leitura destes dispositivos:

Art. 11 - A entrega do arquivo eletrônico de que trata o art. 10, observado o disposto no art. 39, todos desta Parte, será realizada, mensalmente, mediante sua transmissão, via internet, para a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao das operações e prestações.

Art. 39 - O contribuinte fornecerá ao Fisco, quando exigido, os documentos e o arquivo eletrônico de que trata este Anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da exigência, sem prejuízo do cumprimento da obrigação prevista no artigo 11 da Parte 1 deste Anexo e do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meio eletrônico.

Assim, resta plenamente caracterizada a infração apontada pelo Fisco e corretamente aplicada ao presente caso a penalidade capitulada no art. 54, inciso XXXIV da Lei nº 6763/75, *in verbis*:

Art. 54 - As multas para as quais se adotará o critério a que se refere o inciso I do caput do art. 53 desta Lei são as seguintes:

(...)

XXXIV - por deixar de entregar, entregar em desacordo com a legislação tributária ou em desacordo com a intimação do Fisco ou por deixar

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

de manter ou manter em desacordo com a legislação tributária arquivos eletrônicos referentes à emissão de documentos fiscais e à escrituração de livros fiscais - 5.000 (cinco mil) UFEMGs por infração.

Entretanto, uma vez que ficou constatado que a Autuada não é reincidente conforme informação de fls. 53, que cumpriu a obrigação acessória, objeto do lançamento, ainda que intempestivamente e que a infração não resultou em falta de pagamento de imposto, é cabível a aplicação do permissivo legal, conforme disposto no § 3º do art. 53 da Lei nº 6.763/75, para cancelar a multa isolada aplicada.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Em seguida, por maioria de votos, em acionar o permissivo legal, art. 53, § 3º da Lei nº 6763/75, para cancelar a multa isolada. Vencido o Conselheiro Fernando Luiz Saldanha que acionava o permissivo para reduzi-la a 50 % (cinquenta por cento) do seu valor. Assistiu ao julgamento, pela Impugnante, o Dr. José Antônio dos Santos. Participou do julgamento, além dos signatários e do Conselheiro vencido, o Conselheiro Antônio César Ribeiro.

**Sala das Sessões, 13 de julho de 2010.**

**Mauro Heleno Galvão**  
**Presidente/Revisor**

**Sauro Henrique de Almeida**  
**Relator**

SHA/EJ